



O BRASIL À BEIRA DO CAOS SOCIAL

Golpe da terceirização desenfreada em qualquer atividade da empresa...

Golpe nos direitos trabalhistas consagrados na CLT...

Golpe na Previdência Social, impedindo as aposentadorias...

Atolado até pescoço na lama da corrupção, com centenas de parlamentares investigados, o Congresso Nacional saqueia os direitos conquistados pelos trabalhadores em séculos de lutas.

Medidas de interesse patronal são defendidas com unhas e dentes, numa atitude cínica de deputados e senadores típica de uma organização mafiosa e que trata a Justiça com descaso, contando com a «mãozinha» de meretíssimos muito suspeitos em decisões sempre contra os trabalhadores e os direitos



conquistados na Consituição Cidadã de 1988.

A sociedade resiste à traição e aos golpes, mas a luta precisa ser muito mais encançada para dobrar poderes acostumados a corrupção escandalosa.

A rua é o nosso palco urgente.

Trabalhadores e a sociedade em geral engrossa um movimento nacional em defesa da Previdência Social e do direito de aposentarmos. A reforma de Temer quer eliminar os compromissos previdenciários e que trabalhem até morrer. **Página 4**



Representatividade da direção do STEFEM

O presidente do nosso Sindicato foi reconduzido como representante da categoria no Conselho de Administração da Vale com votos de trabalhadores em todo o Brasil.

Nossa tarefa é buscar um processo de recuperação. E Lúcio é decisivo: “não arredamos pé dos compromissos que temos com os trabalhadores”. **Páginas 4**



Sindicato busca medidas contra assaltos em ambiente de trabalho

TODOS À RUA PELOS DIREITOS SOCIAIS!

O governo golpista e o Congresso de corruptos estão invadindo os nossos direitos trabalhistas e sociais com uma grande foice nas mãos. O trabalho sujo vai cortar em nosso pão de cada dia, na qualidade de vida, na impossibilidade de se aposentar, de pagar plano de saúde, de acabar com os empregos com carteira profissional e contratando apenas quem possa dar nota fiscal, no que chamam de “pejotização”, ou seja, contratação apenas de quem se constituir como “pessoa jurídica”.

Só há um remédio contra isto, ou veneno: irmos para o enfrentamento, nos desprovermos de qualquer medo, munirmos de coragem para defender os nossos direitos trabalhistas e os direitos sociais de nossas famílias.

Fazemos este alerta! Ou lutamos ou seremos mortos pelos inimigos de uma sociedade mais justa.

Vamos todos à rua, unidos, pelos direitos de todos!

A direção do Stefem participou de reunião com representantes do RH da Vale e da segurança empresarial, onde foram discutidas ações contra as ocorrências de vandalismo, furtos, assaltos e violência em áreas da empresa e também ao longo da ferrovia.

Apointamos à empresa a grande preocupação dos trabalhadores com a segurança nos locais de trabalho, cobrando medidas efetivas de proteção, principalmente diante da violência nas ações dos criminosos. Além da segurança, os trabalhadores se preocupam também por não poderem responder por danos ao patrimônio da empresa e a empresa não tem como nos responsabilizar pelas ações de terceiros.

Vários procedimentos foram acertados, sendo que alguns deles, por serem estratégicos de segurança não podem ser explicitados. Entre as medidas adotadas destacamos: convênio com a polícia e segurança pública; uso do caveirão; vigilância monitorada nos pontos críticos 24

horas; uso de cães adestrados; ronda com mais frequência nos pontos críticos de maior ocorrência; participação nas DSS dos gerentes.

O sindicato apresentou sugestões dos trabalhadores: redução dos pontos cegos com a capina das áreas utilizadas principalmente no período chuvoso; melhorar a iluminação; quando for fazer uma atividade mais longa e não se sentir seguro, acionar a segurança para que envie um apoio para esse local; uso e divulgação com maior frequência dos ramais da segurança 111 e 4040.

Apesar das medidas importantes reclamadas pelos próprios trabalhadores, isto não significa eliminar completamente o problema, sendo necessário o empenho de todos para apontar quaisquer novos fatores de risco e ficarmos atentos a movimentações suspeitas, comunicando imediatamente à segurança. Todos devemos nos constituir em multiplicadores destas ações, até que tenhamos um ambiente absolutamente seguro para o nosso trabalho.

Sindicato fará reunião com a VLI onde será cobrado mapa de riscos

A direção do STEFEM participou de reunião com a VLI para tratar de assuntos há muito reclamados pelos trabalhadores e sobre os quais a empresa mostra pouca sensibilidade para eliminar.

Programamos com a empresa um mapeamento de risco em Imperatriz no próximo dia 18 de abril, onde debateremos cláusulas do Acordo Coletivo que precisam ser ajustadas, principalmente a apresentação do mapeamento de saúde e segurança, compromisso da empresa que vem sendo

adiado há três anos. A reunião entre o sindicato e a empresa será acompanhada pela assessoria jurídica do STEFEM, de técnicos de segurança no trabalho.

Os trabalhadores na VLI demonstram também insatisfação com os valores pagos de PLR, alegando que eles não refletem os resultados da empresa e muito menos a carga penosa desempenhada no trabalho. Reclamam maior transparência na demonstração destes resultados e uma avaliação mais justa do prêmio dos trabalhadores.

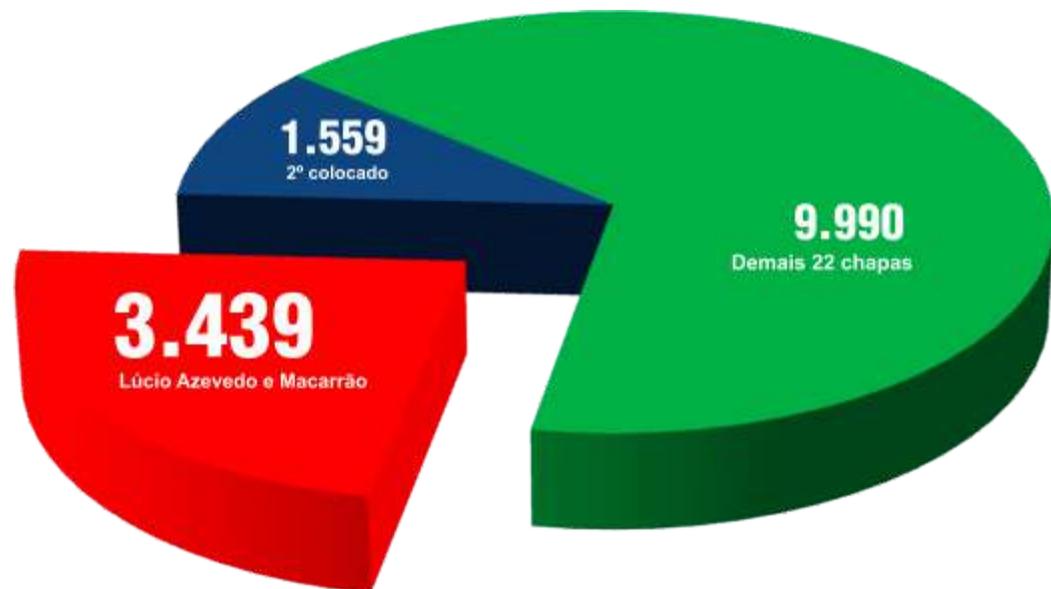
VITÓRIA NO CONSELHO DEMONSTRA PRESENÇA DO TRABALHADOR ONDE E DISCUTE MUDANÇAS NA EMPRESA

Trabalhadores da Vale em todo o País reelegem Lúcio Azevedo para o Conselho de Administração da empresa

O presidente do STEFEM, Lúcio Azevedo, alcançou mais uma vitória maiúscula, sendo reconduzido como representante titular dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale. A chapa 7, que compôs com o candidato suplente, Raimundo Nonato Alves Amorim (Macarrão), presidente do Metabase Carajás, alcançou 25% dos votos numa disputa entre 24 chapas. Com 3.439 votos em um universo de 14.335, a chapa vitoriosa obteve bem mais do que o dobro da colocada em segundo lugar.

Tivemos votação expressiva na base do Stefem e também na base do outro sindicato de Ferroviários, o Sindfer (ES), o que demonstra o reconhecimento da luta pelos direitos de nossa categoria e a consciência da importância desta representação no Conselho de Administração para o avanço das nossas condições de trabalho. Os votos em nossos candidatos, no entanto, foram colhidos em todas as bases, refletindo o conceito de nossa representação junto aos trabalhadores da Vale em todo o Brasil.

Nossa representação no Conselho será de fundamental importância para zelar pelos interesses dos trabalhadores nas discussões e medidas a serem tomadas pela empresa, sobretudo neste momento em que é divulgada a mudança no comando da Vale a partir de 26 de maio deste ano.



Lúcio afirmou seu “profundo agradecimento à confiança dos trabalhadores em nossa representação, que iremos honrar com trabalho e transparência, além de cumprimentar todos os candidatos nas demais 23 chapas pela discussão da importância de termos os nossos olhos e ações dentro do Conselho de Administração da Vale, para defender os direitos e políticas voltadas para os trabalhadores em quaisquer discussões e medidas a serem adotadas pela empresa”. O presidente do STEFEM alerta que a representação no Conselho de Administração da empresa é um posto de extrema responsabilidade e que “toda a categoria, seja na mineração, na ferrovia e outras atividades operadas pela Vale deve agir como fiscais do nosso trabalho, nos apoiarem e se unificarem conosco para que tenhamos uma representação forte e respeitada e que estejamos sempre amparados pelo poder mobilizador dos trabalhadores”.



Participação consciente dos trabalhadores sobre a importância do representante no Conselho de Administração da empresa

A REPRESENTATIVIDADE DO STEFEM

“Prefiro a democracia para não manchar a vitória”

O presidente do STEFEM, Lúcio Azevedo, em sua caminhada para representar os trabalhadores no Conselho de Administração da Vale, decidiu dar o ritmo de campanha amparado no seu próprio jeito de ser, de sua formação espiritual e de um estilo de vida de cultivar amizades.

Em um certo momento da campanha, recebeu orientação para impugnar candidaturas que feriram o regulamento do processo eleitoral. Mas Lúcio impediu qualquer iniciativa neste sentido e mandou engavetar um processo bem embasado contra candidatos que fizeram ataque à reputação de ex-conselheiros que passaram pelo Conselho.

Nesta entrevista, Lúcio reafirma os compromissos de campanha e alerta para situações que deveremos enfrentar na defesa dos trabalhadores.

Por quê você decidiu ser candidato pelo segundo mandato consecutivo no Conselho de Administração da Vale?

Lúcio – Antes de ser conselheiro, eu já fui muito crítico de participar desta instância de poder na empresa. A minha experiência no Conselho, no entanto, me mostrou a importância de termos conhecimento dos projetos que a alta administração da empresa discute. Mesmo sendo minoria, temos a oportunidade de contrapor argumentos com a visão dos trabalhadores, fazendo os demais conselheiros enxergarem dificuldades no trabalho das quais estão longe e que só poderiam saber pela nossa palavra e exposição.

Por tratar muitas vezes de assuntos estratégicos e confidenciais, no caso discussão de algo que prejudica os trabalhadores não deixa a reação do nosso representante muito fragilizada?

Esta foi a grande conquista dos trabalhadores poderem participar do Conselho de Administração, exatamente por não terem chance de nos esconder os projetos. A empresa, por sua condição no mercado aberto precisa ser transparente. As questões confidenciais são mais de investimento. Quando apontam questões de administração de produção ou de pessoal, manifestamos nossa opinião e nos mobilizamos para defender o que entendemos que é nosso direito.

O resultado da eleição o surpreendeu?

Os trabalhadores mostraram um alto grau de interesse em discutir o Conselho. Veja que tivemos o recorde de 24 chapas inscritas, 48 trabalhadores candidatos em todo o Brasil. Nossa chapa, formada com o companheiro Macarrão, do Metabase Carajás, obteve uma votação muito representativa, recendo 25% do total de votos.

Tivemos uma votação expressiva em nossa base ferroviária, tanto no Maranhão com o STEFEM quanto em vitória, com o Sindfer. Os ferroviários se sentiram plenamente identificados com nossa luta. Mas os votos vieram também de todas as bases, com um apoio importante dos demais sindicatos, que conhecem o nosso trabalho nas mesas de negociações com a Vale.

Como foi o ritmo de campanha? Por quê impediu que fossem impugnadas candidaturas que feriam as regras do processo?

Regras eleitorais devem ser respeitadas por todos. Não podemos admitir qualquer irregularidade ou fraudes. O que aconteceu neste processo, no entanto, entendi como resultado de imaturidade em alguns ataques que sofremos. Mas argumentei que preferia uma postura mais democrática, até para que nossa vitória não fosse manchada por nossa reação a algum companheiro um pouco mais exaltado. Os trabalhadores conhecem nosso valor e sabem muito bem filtrar as informações no processo de escolha dos seus representantes legítimos. Com isto, alcançamos uma vitória que é de todos e queremos somar nosso trabalho com todos os demais candidatos que sabem da importância de nossa unidade para uma boa representação no Conselho de Administração da Vale.



Foto de arquivo

Vale ainda deve mais R\$ 23,5 milhões a 178 trabalhadores, em ação do Stefem

Perito judicial apresenta parecer com cálculos em processo de periculosidade contra Vale

Após o pagamento de R\$ 7,5 milhões em dezembro de 2016 a 178 associados do Stefem com direito a diferenças de periculosidade, o juiz da 1ª Vara do Trabalho determinou a realização de cálculos por perito judicial.

Nos dias 27 e 28/03/2017 foram apresentados no processo novos cálculos pelo perito judicial, reconhecendo que a Vale ainda deve a esses 178 trabalhadores o valor de R\$ 23,5 milhões..

Como a Justiça autorizou em dezembro de 2016 somente o pagamento de 60% da parcela da dívida reconhecida pela Vale para esse grupo de 178 trabalhadores, e considerando que os valores da

dívida reconhecida pela empresa já estão depositados numa conta judicial, o STEFEM solicitou a liberação do restante da dívida reconhecida pela empresa e a homologação dos cálculos apresentados pelo perito, para posterior complemento do depósito judicial.

Assim, aguardaremos agora a decisão da Justiça sobre esses pedidos apresentados pelo Sindicato.

Só para lembrar, a ação coletiva foi proposta pelo STEFEM em janeiro de 2004, pedindo o pagamento integral de periculosidade (30%) para quem recebeu de forma parcial (6% a 24%) de 1999 a 2012, beneficiando 642 associados do Sindicato. A Vale perdeu a ação

em todas as instâncias.

Para aqueles que ainda não receberam pagamento de diferenças de periculosidade o STEFEM está buscando na Justiça a liberação dos valores já reconhecidos como devidos pela empresa, e a realização de novos depósitos e pagamento.

Os cálculos apresentados pelo perito judicial, superiores aos valores apresentados pela Vale, devem estabelecer uma tendência do judiciário na fixação de parâmetros quanto ao crédito devido a cada trabalhador.

O Sindicato está agendando reuniões com os trabalhadores em São Luís, Açailândia e Marabá nas próximas semanas para maiores esclarecimentos sobre a tramitação desses processos.

SUBSEDE DE AÇAILÂNDIA

A LUTA PELOS DIREITOS EM TODOS OS LUGARES



A necessidade da mobilização dos trabalhadores está evidente hoje, diante de tantas ameaças sobre os direitos e a carta branca do governo golpista aos patrões para rasgar a CLT, acabar com os encargos sociais, demitir todos os trabalhadores diretos e contratar terceirizados sob um regime escandaloso de exploração.

Os trabalhadores precisam se unir e os sindicatos fortalecer suas estruturas para enfrentar este tempo de entreguismo. Exatamente diante deste quadro o STEFEM investe em sua estrutura, construindo uma subsede em Açailândia, para facilitar e ampliar os processos de mobilização dos ferroviários. A obra está sendo construída em tempo recorde, desmanchando uma casa existente e construindo uma subsede no mesmo padrão de nossa sede em São Luís.

Breve teremos a inauguração deste novo ponto estratégico na luta dos ferroviários, que poderá atender todos os companheiros nas cidades próximas, integrando a categoria em suas demandas por melhores condições de trabalho e de salário.



PAÍS FAZ MOBILIZAÇÕES CONTRA O GOLPE NOS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS



Somente a pressão das ruas e a consciência no voto podem salvar os direitos sociais

DIA 28 DE ABRIL - GREVE GERAL

A sociedade brasileira dá um recado severo à classe política para uma explosão de violência caso continue avançando a tentativa de golpes contra os direitos trabalhistas e previdenciários embutidos nas reformas propostas pelo Governo Temer. Os movimentos de rua nos últimos dias 15 e 31 de março tiveram um ingrediente já conhecido e temido pelo governo, semelhante ao da mobilização há poucos anos que incendiou todo o País em repúdio contra os aumentos abusivos de passagens de transporte, evoluindo em exigências bem maiores no avançar das mobilizações. Os trabalhadores e a população em geral avançam espontaneamente em reação, sobretudo, contra o golpe que o Governo Temer articula contra os direitos previdenciários.

Em qualquer canto que o assunto é abordado o sintoma é de profunda indignação e a iniciativa entreguista do governo e seus apoiadores no Congresso Nacional pode provocar ondas incontroláveis de violência urbana. São incontáveis as iniciativas dentro da sociedade para pressionar os parlamentares a não aprovarem as reformas golpistas, desde movimentos sindicais, pregações

pastorais nas igrejas, universidades e em cada esquina onde todos vêm escorrer para o esgoto a perspectiva de se aposentar depois de uma vida inteira de trabalho.

E o que está fazendo o governo Temer diante de uma massa de desempregados? Quer que aqueles que ainda têm emprego trabalhem até os 65 anos e só abram vagas apenas depois de contribuírem 49 anos para a Previdência. Seremos uma multidão de velhos morrendo no trabalho e uma geração de novos desesperados sem onde buscar emprego, restando a alternativa da informalidade e e da adaptação à violência social para sobreviverem. O caos completo vem com as mudanças na legislação trabalhista, dinamitando todos os direitos conquistados, eliminando “encargos sociais” para gerar lucros para uma casta de milionários, que não poderão sair às ruas porque estarão inseguras diante da miséria absoluta.

Por isto, as ruas são nosso palco para impedir este crime contra a sociedade, para impedir que o caos social seja instalado e para que o Brasil não caia definitivamente nas mãos de todo tipo de banditismo para a sobrevivência do povo.